



Plenário do Senado deve votar reforma política nesta semana

Roque de Sá/Agência Senado



Armando e Caiado, autores respectivamente do substitutivo e do projeto original da reforma política, falam com Eunício (C)

Projeto de lei em análise cria fundo para financiamento de campanhas eleitorais e elimina a propaganda partidária no rádio e na TV nos anos sem eleição

A pauta do Plenário do Senado desta semana inclui um projeto da reforma política, elaborado pelo senador Ronaldo Caiado, que cria um fundo para o financiamento das campanhas eleitorais. O que deverá ser votado é um substitutivo ao texto de Caiado preparado pelo senador Armando Monteiro. O substitutivo elimina a propaganda partidária no rádio e na TV nos anos sem eleição, permanecendo os anúncios dos candidatos nos anos com eleição. O texto de Armando prevê que o fundo

para o financiamento das campanhas eleitorais receberá dinheiro de emendas parlamentares e estabelece a forma como os recursos serão divididos entre os partidos e entre os candidatos de cada sigla.

O Plenário também decidirá nesta semana se dará urgência tanto a um projeto do senador José Serra, que institui o voto distrital misto para a eleição de vereadores e deputados, quanto a uma proposta do senador Flexa Ribeiro que altera o número de parlamentares que cada estado tem na Câmara dos Deputados. **3**

Especialistas querem produção nacional no setor de petróleo

A Comissão de Assuntos Econômicos fez debate no Rio de Janeiro sobre a obrigatoriedade da compra pelos setores de petróleo e gás natural de insumos brasileiros. Lindbergh Farias é autor de projeto sobre o tema. **4**

Fernando Alvim/Clube de Engenharia RJ



O senador Lindbergh (2º à esq.) defende no debate a volta do conteúdo local

Acordo com Suíça prevê troca de dados tributários **4**

Ministro debaterá privatização da Eletrobras **4**

Congresso recebe medida sobre dívida dos estados

Os líderes partidários têm prazo até hoje para indicar membros para compor a comissão especial que analisará a medida provisória que elimina alguns dos requisitos feitos a estados e municípios interessados em renegociar suas dívidas com a União. A MP foi publicada no

Diário Oficial da União na quinta-feira e em seguida enviada ao Congresso. O objetivo da medida é facilitar a adesão ao programa de renegociação de dívidas de entes federativos que possuem pendências em relação à documentação necessária. **4**

Prorrogada por 60 dias vigência de oito medidas provisórias

O governo federal prorrogou a vigência de oito medidas provisórias que tramitam no Congresso. Entre elas, está a medida provisória que criou

fundo de R\$ 180 milhões, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, para apoiar a elaboração de projetos de infraestrutura. **3**

Senado analisa MP de débitos de pessoas físicas e empresas

Deve ser lida nos próximos dias a medida provisória que cria o Programa de Regularização de Débitos não Tributários, que parcela dívidas de

pessoas físicas e empresas com órgãos federais. Após a leitura, a medida estará pronta para entrar na pauta do Plenário. **2**

Empréstimos do BNDES ficam mais caros a partir de 2018

Lei publicada sexta-feira no Diário Oficial da União criou a Taxa de Longo Prazo nos empréstimos do BNDES, em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo. Os juros ficarão mais altos porque o cálculo será mais semelhante ao feito pelos bancos privados em financiamentos de longo prazo. A medida provisória que originou a nova lei foi aprovada pelo Senado no dia 5. **3**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



**SIGA
BRASIL**
Painéis

Renegociação de dívidas será analisada pelo Senado

Medida provisória que cria um programa para refinarar débitos não tributários de pessoas físicas e empresas foi aprovada e modificada pela Câmara e deve chegar aos senadores nos próximos dias

A MEDIDA PROVISÓRIA 780/2017, que cria o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) para parcelar dívidas de pessoas físicas e empresas com autarquias, fundações públicas federais e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, deve ser lida nos próximos dias para ser incluída na pauta do Plenário. A matéria foi aprovada no dia 19 deste mês pela Câmara.

O texto aprovado é o projeto de lei de conversão do senador Wilder Morais (PP-GO), que reduziu a entrada para quem optar pela renegociação em duas parcelas (de 50% para 40% do débito consolidado). A segunda prestação terá redução de 90% dos juros, da multa de mora e das multas aplicadas pela falta dos recolhimentos. Além dessa opção, existem outras três modalidades de renegociação.

Quitação

Morais também definiu que o pagamento da primeira parcela, em qualquer modalidade, quitará proporcionalmente todos os componentes da dívida consolidada (principal, multas e juros). O valor mínimo das prestações será de R\$ 200 para pessoa física e R\$ 1 mil para pessoa jurídica.

A adesão ao PRD implica a confissão irrevogável e irretra-



Wilder (D) reduziu a entrada para quem quer pagar em duas parcelas

tável dos débitos. O devedor terá de pagar regularmente as parcelas e não poderá incluir as dívidas em qualquer outra forma de parcelamento posterior, além de cumprir regularmente as obrigações com o FGTS.

Benefícios indevidos

A MP determina ainda à Procuradoria-Geral Federal a inscrição em dívida ativa dos benefícios previdenciários ou assistenciais pagos indevidamente.

A MP 780 foi editada em maio e tem vigência até 2 de outubro. O texto beneficia devedores de órgãos como as agências reguladoras, o Incra, a Comissão de Valores Mobiliários — num total de R\$ 2,6 bilhões em levantamento de 2016; e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis — R\$ 23 bilhões até 2016.

Os débitos não tributários incluem, entre outros, multas de natureza administrativa, trabalhista, penal e decorrentes do poder de polícia; foros, laudêmios, aluguéis e taxas de ocupação; além de garantias contratuais, como fiança e aval.

Aneel

A pedido do órgão, o relator retirou do programa a Agência Nacional de Energia Elétrica, que alega não ter estoque de débitos. Em 2016, das 267 multas aplicadas, 221 foram pagas.

O PRD também não renegociará as dívidas com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e com autarquias e fundações do Ministério da Educação.

Programa de ensino técnico será discutido em audiência

A Comissão de Educação realiza audiência pública hoje, a partir das 14h, para avaliar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Na audiência, devem ser debatidos os resultados do programa e o efetivo atendimento aos interessados. Cada uma das comissões permanentes do Senado deve analisar uma política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo. O pedido da audiência é do senador Roberto Muniz (PP-BA), relator de avaliação do Pronatec, política pública escolhida pela comissão para análise.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

Subcomissão debate princípios do Estatuto do Trabalho hoje

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho vai discutir hoje, às 9h, os princípios para o estatuto e os princípios da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O requerimento é de Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do colegiado.

Devem participar representantes do Tribunal Superior do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

ESTATUTO DO TRABALHO CLT

9h Audiência interativa para debater o tema "Princípios basilares para um estatuto do trabalho e princípios da CLT".

CE Pronatec

14h Audiência interativa para avaliar os objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

CAE/CI Venda da Eletrobras

8h30 Audiência conjunta interativa com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para debater a possível privatização da Eletrobras.

CRA Pesquisa agropecuária

11h Audiência interativa para avaliar demanda, oferta e difusão de inovações da pesquisa agropecuária.

CE Direção da Ancine

11h30 Sabatina de Alex Braga Muniz, indicado para diretor da Agência Nacional do Cinema. Depois, pauta de 34 itens.

CMA Faixas não edificáveis

11h30 Na pauta de 10 itens, o PLS 66/2014, que flexibiliza limite de faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias.

CDR Bancos postais fechados

13h30 Audiência interativa para discutir fechamento de agências de bancos postais dos Correios. Entre os convidados, o presidente da estatal.

MP 789/2017 Royalties

14h A comissão da MP, sobre royalties da mineração, faz audiência interativa com a participação de representantes dos municípios mineradores de Minas Gerais e da Confederação Nacional de Municípios, entre outros.

CMO Emendas

14h30 Reunião para analisar relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas 2/2017.

MP 790/2017 Mineração

16h A comissão da MP, sobre novas regras para mineração, faz audiência interativa com a participação do advogado Adriano Drummond Cançado Trindade e representantes do Ministério de Minas e Energia e do Ibama, entre outros

QUARTA

CAS Motocicletas

9h30 Entre os 13 itens na pauta, o PLS 344/2016, que isenta da cobrança de impostos equipamentos de segurança para motociclistas.

CDR Cobrança de bagagens

9h30 Audiência interativa para discutir a nova política de cobrança de bagagens pelas empresas aéreas.

MP 791/2017 Mineração

9h30 A comissão mista responsável pela MP, que cria a Agência Nacional de Mineração faz audiência pública.

CE Reforma da Previdência

10h30 Audiência interativa para debater impactos da reforma da Previdência na educação.

MERCOSUL Parlasul

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul tem reunião deliberativa com 4 itens.

CAE: Custo Brasil

14h30 Audiência interativa para discutir o custo Brasil e soluções para a geração de empregos e renda.

LEI KANDIR Gilmar Mendes

14h30 A comissão faz audiência pública sobre a Lei Kandir, com a participação do ministro do STF Gilmar Mendes, entre outros.

CMO Emendas

14h30 A comissão votar relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas 2/2017.

MP 790/2017 Mineração

16h A comissão mista da MP que altera o Código de Mineração faz audiência pública.

QUINTA

CMO Políticas de governo

10h A comissão faz audiência para apresentação do Relatório de Políticas e Programas de Governo pelo secretário-geral de Controle Externo do TCU, Cláudio Castello Branco.

CDR Fundeb

14h A comissão se reúne em Salvador para o ciclo de debates sobre a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação para o desenvolvimento regional.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pauta desta semana inclui a reforma política

Plenário deve votar projeto que acaba com propaganda partidária fora de anos eleitorais e prevê fundo com dinheiro público para financiar campanhas de candidatos

A REFORMA POLÍTICA é o tema de vários projetos que podem ser votados nesta semana pelo Senado, como o que cria novas regras para o financiamento de campanhas eleitorais. O texto original acaba com a propaganda partidária e com o horário eleitoral gratuito. Pela proposta, o valor que a União ressarcia às emissoras de rádio e TV como pagamento pela veiculação desses programas seria repassado ao fundo.

O projeto (PLS 206/2017), do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Na quarta-feira, o senador Armando Monteiro (PTB-PE), relator do texto, apresentou um substitutivo que extingue a propaganda partidária de rádio e TV veiculada nos anos sem eleição, mas mantém o horário eleitoral dos candidatos durante as campanhas.

O substitutivo prevê outras fontes de recursos para o fundo, que receberia metade do valor das emendas impositivas apresentadas pelas bancadas de deputados e senadores ao Orçamento federal em anos eleitorais. A previsão é que o fundo tenha R\$ 3 bilhões em 2018.

O texto prevê critérios para a distribuição dos recursos entre os partidos



Armando Monteiro fala no Plenário: senador fez substitutivo a projeto da reforma política

e a divisão do dinheiro dentro de um mesmo partido, e estabelece um limite de gastos para a campanha de 2018.

Para valer nas eleições de 2018, o PLS 206/2017 precisa ser aprovado no Senado e na Câmara até 7 de outubro.

Voto distrital misto

O Plenário também deve votar requerimentos de urgência para dois projetos ligados à reforma política. Um deles é o PLS 86/2017, do senador José Serra

(PSDB-SP), que institui o voto distrital misto nas eleições proporcionais (para vereador e deputado estadual e federal).

O sistema distrital misto combina o voto proporcional com o distrital. Cada partido passaria a registrar um candidato e seu suplente por distrito eleitoral nos pleitos para as câmaras municipais, as assembleias legislativas e a Câmara dos Deputados.

Outro texto que pode ganhar urgência é o PLS 315/2016 — Complementar,

que altera a representação por estado na Câmara a partir de 2019. O texto, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), leva em conta a atualização da população brasileira feita pelo IBGE em 2015.

Uber

Também pode ganhar urgência o texto que regulamenta serviços de transporte remunerado individual por meio de aplicativos como Uber e Cabify. O PLC 28/2017, aprovado em abril pela Câmara, traz uma série de exigências para que esse tipo de serviço possa funcionar. Entre elas, está a autorização prévia das prefeituras.

Também estão na pauta do Senado propostas de emenda à Constituição. A PEC 24/2012 cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O objetivo é financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados.

Outras PECs que estão na pauta são a PEC 4/2017, que proíbe de serem membros da Justiça Eleitoral pessoas com filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo, e a PEC 14/2016, que cria as polícias penitenciárias federais e estaduais.

Governo prorroga a vigência de oito medidas provisórias por 60 dias

Foi prorrogada por mais 60 dias a vigência de oito medidas provisórias que tramitam no Congresso. Os atos de prorrogação saíram no Diário Oficial da União de sexta-feira.

A MP 786/2017 criou um fundo de R\$ 180 milhões com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para apoiar a elaboração de projetos de infraestrutura.

A MP 787/2017 autorizou a desapropriação, em favor da União, de dois trechos às margens da rodovia Gover-

nador Mário Covas (BR-101), no município de João Neiva, Espírito Santo. Os locais são de propriedade pública e serão necessários para as obras de duplicação da rodovia.

A MP 788/2017 regulamentou a restituição dos valores creditados indevidamente pelo governo para pessoa falecida por meio de instituição financeira.

A MP 792/2017 criou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no Executivo Federal, com objetivo de

reduzir despesas com a folha de pagamento dos servidores públicos federais.

A MP 793/2017 permite a renegociação dos débitos dos produtores rurais com o Funrural e reduz a alíquota dessa contribuição social a partir de 1º de janeiro de 2018.

Mineração

As outras três MPs mudam regras no setor da mineração. A MP 789/2017 altera as regras a Compensação Financeira pela Exploração de

Recursos Minerais (Cfem), o royalty cobrado das empresas que atuam no setor. A MP 791/2017 criou a Agência Nacional de Mineração (ANM). Já a MP 790/2017 altera a Lei 6.567/1978 e o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/1967) em diversos pontos, especialmente quanto às normas para a pesquisa no setor. Também disciplina as obrigações, concessões de trechos, multas e outras sanções, desonerações e regras para o relatório final da pesquisa.

Paim afirma que reforma prejudica trabalhador rural

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário uma carta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) por meio da qual os representantes dos trabalhadores rurais manifestam-se contra as mudanças na Previdência rural contidas na PEC 287/2016. Segundo o manifesto, a PEC cria obstáculos para impedir que os trabalhadores do campo se aposentem.

— A reforma implica um agravamento nas condições de vida das famílias no campo.



Pedro Franco/Agência Senado

Sancionada lei que aumenta juro de empréstimo a longo prazo pelo BNDES

Empréstimos a longo prazo contratados com o BNDES a partir de 2018 terão juros mais altos. É o que determina a Lei 13.483/2017, sancionada por Michel Temer na quinta-feira e publicada sexta-feira no Diário Oficial da União.

A origem é a Medida Provisória 777/2017, aprovada no Senado no dia 5 com 36 votos a favor e 14 contra.

A nova lei cria a Taxa de Longo Prazo (TLP), que

substituirá nos contratos de financiamento do BNDES a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a partir de 1º de janeiro de 2018. Os empréstimos contratados até esse prazo continuam taxados pela TJLP.

A TLP terá os juros mais próximos às taxas cobradas pelos bancos privados em financiamentos de longo prazo. A nova taxa será calculada com base em juros de mercado, mais a variação

do IPCA, e vai incorporar a média trimestral das Notas do Tesouro Nacional, com prazo de cinco anos de resgate.

O texto prevê uma transição de cinco anos entre a TJLP e a TLP: em 2018 as duas taxas serão equivalentes, e o Conselho Monetário Nacional definirá novos índices para os quatro anos seguintes.

Fontes do BNDES

A intenção é reduzir subsídios concedidos em financiamentos do BNDES. Pela regra atual, o Tesouro Nacional vende títulos no mercado e repassa o dinheiro para o banco público. O BNDES então empresta esses recursos para terceiros com uma taxa de juros mais baixa. A diferença é subsidiada pelo governo.

O BNDES conta com outras fontes de recursos, além dos títulos do Tesouro Nacional.

O banco pode usar dinheiro do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante. Na legislação anterior, o BNDES remunerava os três fundos com base na TJLP.

Pela nova lei, o BNDES remunerará os fundos pelos recursos aplicados em operações de crédito usando a nova TLP, mas dinheiro repassado pelos fundos que não chegar a ser usado em financiamentos será remunerado pela taxa Selic.

Uma das alterações promovidas na MP pelo Congresso foi a inclusão de artigo para obrigar o BNDES a manter linhas de crédito incentivadas para micros, pequenas e médias empresas por no mínimo cinco anos. O objetivo é estimular a renovação do parque produtivo nacional.

Ana Amélia faz alerta sobre taxa de suicídio no país

Ana Amélia (PP-RS) alertou para o aumento da taxa de suicídios no país, que subiu 12% em quatro anos. Ela elogiou o Facebook, o Centro de Valorização da Vida (CVV) e o Centro de Atenção Psicossocial (Caps) por campanhas contra o suicídio.

Ela também saudou a integração das áreas de comunicação do Senado, rádio, TV e agência, e destacou o início da transmissão do programa *Conexão Senado* no YouTube, que agora pode ser visto em todo país.



Pedro Franco/Agência Senado



Intenção do governo é reduzir subsídios nos financiamentos do BNDES

Debate: petróleo deve estimular indústria local

Comissão de Assuntos Econômicos discutiu, no Rio de Janeiro, o restabelecimento da obrigatoriedade de a indústria de óleo e gás adquirir produtos fabricados no Brasil

A POLÍTICA DE exigência de conteúdo nacional nos setores de petróleo e gás natural foi tema de um seminário promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na sexta-feira, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Autor do requerimento para a realização do encontro, Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou que, diante da crise instalada na Petrobras, o governo aponta a exigência de conteúdo local como uma das barreiras para a retomada do crescimento dessa indústria e propõe a redução substancial dos percentuais mínimos de reserva nacional para as próximas rodadas de licitações. Para Lindbergh, ao acabar ou reduzir a política de conteúdo local, o Brasil pode terminar tendo que contratar serviços para trazer “tudo de fora do país”.

Conteúdo local

Conteúdo local é a parcela do total de investimentos realizados em um determinado empreendimento gasta com a aquisição de bens e serviços produzidos por empresas brasileiras.

A exigência de conteúdo

local visa gerar benefícios para a economia brasileira que vão além daqueles diretamente decorrentes da receita do empreendimento. Entre esses benefícios, estão a instalação e a consolidação de um parque industrial diversificado; a capacitação tecnológica e empresarial das empresas brasileiras; e o aumento do número de empregos e da qualificação dos trabalhadores.

Para Lindbergh Farias, se o governo mantiver a política atual, o Brasil estará “des-

truindo empregos locais e gerando empregos fora do país”. O senador é autor do projeto que trata do conteúdo local obrigatório nas aquisições de bens e serviços para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em todos os regimes (PLS 218/2017).

— Vão voltar a fabricar navios, plataformas e sondas fora do país, sem gerar emprego. Então, o fundamental é construir uma indústria forte

aqui, gerando empregos para o país — declarou o senador, destacando a presença de representantes de sindicatos e de indústrias no seminário.

Pressão social

Para o professor Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a sociedade precisa atuar para interromper a política de desvalorização do petróleo nacional. Segundo Rosa, o que está ocorrendo é uma desmobilização de qualquer

política industrial em torno do petróleo. Ele pediu um “conjunto de alianças”, inclusive nas mídias sociais, em favor da preservação das riquezas energéticas nacionais.

O engenheiro Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia, disse que a sociedade deve resistir ao desmonte da Petrobras e defendeu a política de conteúdo nacional. Na opinião dele, “o que se quer é levar a Petrobras à mera condição de produtora de óleo”.

— Seremos transformados em mais um país do Oriente Médio, aqueles que exportam petróleo e importam desgraça e guerra.

Outras políticas

O diretor do Instituto de Economia da UFRJ, David Kupfer, destacou que o conteúdo local é uma entre várias políticas para incentivar a produção nacional. Para ele, apenas as metas de conteúdo não trazem aumento de produção.

— Temos uma política de conteúdo local, mas de qualidade baixa. Espero que tenhamos essa política, mas de qualidade alta.



Presidente do Clube de Engenharia, Celestino fala ao lado de Lindbergh, Kupfer, da UFRJ, e Plattek, do BNDES

Chega ao Congresso MP sobre dívidas dos estados

O Congresso Nacional recebeu a Medida Provisória (MP) 801/2017, que elimina alguns dos requisitos feitos a estados e municípios interessados em renegociar ou refinar suas dívidas com a União.

O objetivo é facilitar a adesão de entes federativos que, apesar de predispostos a aderir ao programa de renegociação de dívidas, não poderiam se habilitar por causa de pendências na documentação necessária.

Publicada no *Diário Oficial da União* da quinta-feira, a MP acaba com a exigência de apresentação, pelos estados e municípios, de certidão de regularidade com FGTS.

Foram dispensadas também certidões para comprovar a inexistência de débitos tributários com a Receita Federal e de cobranças lançadas na Dívida Ativa da União, quando as dívidas já estão judicializadas.

A medida provisória ainda

suprime a exigência de que estados e municípios estejam em dia com as obrigações dos outros planos de renegociação de dívida feitos pela União em 1993, 1997 e 2001.

As alterações estão sendo feitas no texto da Lei Complementares 156/2016, que criou plano emergencial de auxílio aos estados, e 159/2017, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos estados, criado para atender estados em situação financeira mais grave.

Pelo regime de recuperação, os estados podem suspender temporariamente o pagamento de suas dívidas com a União e refinar os valores em troca de medidas de ajuste fiscal. A venda de empresas estatais e a redução de incentivos tributários estão entre essas medidas.

O primeiro estado beneficiado com a medida foi o Rio de Janeiro, com assinatura de acordo no dia 5. O plano prevê

ajuste fiscal de R\$ 63 bilhões até 2020. O estado terá que adotar medidas como corte de gastos e proibição do aumento de despesas.

A MP também altera a Lei 148/2014, que autorizou a União a adotar novas condições nos contratos de refinanciamento de dívidas dos estados e dos municípios com a União. Essa lei flexibilizou os critérios de indexação das dívidas de estados e municípios com a União.

Os líderes partidários têm até hoje para indicar seus representantes para compor a comissão especial que analisará o texto antes da votação na Câmara e no Senado.

Após a leitura em Plenário dos nomes indicados, a comissão especial será instalada e iniciará o exame do texto. O prazo para recebimento de emendas se estenderá até a quarta-feira.

Senado vai votar acordo com suíços sobre dados tributários

O Senado vai analisar os termos de acordo entre Brasil e Suíça para facilitar a troca de informações tributárias entre os dois países. O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 486/2016, aprovado na quinta-feira pelos deputados, será enviado ao Senado.

Por meio da Mensagem 128/2016, o governo brasileiro informa que o texto leva em conta preocupações do Ministério da Fazenda sobre fraudes e evasão fiscal.

Pelo texto aprovado, os dois países vão se ajudar com informações relevantes para a recuperação e a execução de créditos tributários e, se for o caso, para instauração e instrução de processo judicial relativo a matéria tributária.

O acordo determina, por exemplo, que os países

deverão assegurar que suas autoridades possam obter e fornecer, mediante solicitação, informações de bancos, instituições financeiras e de qualquer pessoa agindo na condição de representante, inclusive agentes e fiduciários (“trustees”).

A autoridade do país que receber pedido de esclarecimentos deverá encaminhar prontamente as informações solicitadas. Caso não cumpra o prazo de 90 dias, o país explicará os motivos ou a natureza dos obstáculos encontrados.

O projeto estabelece ainda que se o país receber pedido de informação, em desconformidade com o acordo e com a legislação da nação requerente, poderá se recusar a prestar assistência.

Com Agência Câmara

Ministro de Minas e Energia discute com senadores privatização da Eletrobras

A proposta de privatização da Eletrobras será debatida amanhã com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, em sessão conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), prevista para 8h30.

O requerimento de realização da audiência foi apresentado pela sena-

dora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e subscrito pelos senadores Jorge Viana (PT-AC), Hélio José (PMDB-DF) e Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que é pai do ministro.

“Dada a relevância do anúncio feito pelo governo, que inevitavelmente redundará em maiores custos ao contribuinte, além de colocar em xeque o

emprego de milhares de trabalhadores, não há que se conceber o fato de o Parlamento brasileiro tomar conhecimento de tais medidas apenas pela imprensa”, justificou Vanessa no requerimento.

O tema já vem sendo discutido pelos senadores, no Plenário e em comissões. Na última terça-feira, houve audiência pública com especialistas do setor elé-

trico na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Para eles, a privatização da Eletrobras deve aumentar a conta de luz dos brasileiros e colocar em risco a segurança hídrica de grande parte da população.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela